

COMPILAÇÃO DOS APONTAMENTOS LEVANTADOS DURANTE O I WORKSHOP TABELAS UNIFICADAS

À luz das informações apresentadas pelos painelistas do encontro, os participantes foram divididos em oito grupos de trabalho para debaterem as principais questões relacionadas às Tabelas Processuais Unificadas e elaborarem um **Plano de Ação**.

Dos trabalhos realizados pelos grupos, destacaram-se os seguintes pontos comuns:

1 - Diagnóstico da situação atual das tabelas.

- Poucos tribunais já conseguiram implantar totalmente as tabelas processuais e o CNJ não possui dados atualizados sobre o percentual de implantação.

2 - Dificuldades na instalação, utilização e implementação das tabelas.

- Dificuldade na adequação da base legada aos novos padrões;
- Dificuldade no enquadramento "de-para";
- Falta de capacitação e insuficiência de servidores na equipe de TI para adequação dos sistemas dos tribunais;
- Falta de servidores com conhecimento jurídico para compreensão e lançamento dos dados, sobretudo, em relação à tabela de movimentos;
- Falta de treinamento de magistrados, servidores e usuários das tabelas;

- Excesso de projetos prioritários propostos pelo CNJ;
- Dificuldades na atualização das tabelas pelos tribunais.

3 – Plano de ação.

3.1 – Ações dirigidas ao CNJ

- Atualizar os dados relativos à implementação das tabelas processuais nos tribunais.
- Uniformização das estatísticas do CNJ aos diversos tribunais
- Elaborar material didático, livro de referências, manual de regras, além do glossário em meio físico e eletrônico;
- Criação de um fórum para compartilhamento de experiências, tanto da área de TI quanto da área judiciária;
- Promoção de cursos, workshops e eventos para capacitação e treinamento de magistrados, servidores e usuários das tabelas (*);
- Otimização da comunicação entre o CNJ e os tribunais no processo de alteração e atualização das tabelas (*);

3.2 – Ações dirigidas aos Tribunais

- Promover a sensibilização dos órgãos diretivos dos tribunais para obtenção de recursos financeiros e humanos direcionados para a implantação das tabelas;
- Criação de comitês gestores das tabelas no âmbito dos tribunais, com participação de equipe multidisciplinar;
- Qualificação e aumento do número de servidores da área de TI, para finalização do processo de implantação;
- Promoção de cursos, workshops e eventos para capacitação e treinamento de magistrados, servidores e usuários das tabelas (*);

- Otimização da comunicação entre o CNJ e os tribunais no processo de alteração e atualização das tabelas (*);

(*) Ações comuns ao CNJ e aos Tribunais.

4- Principais dúvidas dos grupos.

- O CNJ tem disponibilidade orçamentária para auxiliar os Tribunais em caso de necessidade de uso de recursos terceirizados?
- O CNJ tem planos de apoiar os Tribunais para ampliação dos Quadros de TI, com base na Resolução 90?
- O CNJ tem condições de limitar os pedidos de informação ao conteúdo contemplado nas tabelas unificadas?

5 – Definições do I Workshop Tabelas Unificadas

- Acrescentar no questionário para cada ramo, se a implementação foi definitiva ou com “de-para” interno;
- Também se concluiu que para haver equilíbrio entre as demandas e a possibilidade dos tribunais atualizarem as tabelas, as novas versões serão lançadas trimestralmente.

Brasília, 16 de fevereiro de 2011.